

## PORTO &amp; MAR

Webinar destaca  
revisão de tributos

Especialistas defendem que próximo prefeito de Santos reduza ISS

FERNANDA BALBINO  
DA REDAÇÃO

Rever a carga tributária, principalmente a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) arrecadado com as atividades no Porto de Santos. Fortalecer a Secretaria Municipal de Assuntos Portuários e Marítimos (Seport). E regulamentar as contrapartidas previstas no Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) de terminais. Estas são três prioridades que devem constar nos planos de governo de candidatos a Prefeitura de Santos, segundo especialistas no setor.

As medidas foram destacadas ontem, durante o 18º Webinar Porto & Mar 2020, que debateu as propostas dos candidatos a prefeito de Santos voltadas ao setor portuário – sugestões que foram elencadas em reportagem publicada em A Tribuna no último domingo. O evento foi transmitido ao vivo pela página do Facebook do Grupo Tribuna ([www.facebook.com/grupo.tribuna](http://www.facebook.com/grupo.tribuna)) e pelo canal do YouTube do Jornal A Tribuna.

Nessa edição, os debatedores foram o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino; o coordenador da Câmara de Operadores Portuários da Associação Comercial de Santos, Ricardo Molitzas; e o presidente da Comissão de Direito Portuário da OAB

Santos, Lucas Renio da Silva. A mediação foi do editor de Porto & Mar, Leopoldo Figueiredo.

Para esses especialistas, a revisão da tributação dos serviços portuários é um dos principais pontos a serem abordados pelo novo prefeito. Em 2017, a Administração Municipal reajustou de 3% para 5% a alíquota do ISS para atividades do setor, o que gerou polêmica.

“Você precisa melhorar o ambiente de negócios, criar novos negócios. Não há lugar que tenha aumentado impostos e melhorado ambiente de negócios, tenha trazido mais empresas com instrumento de aumento de impostos. É justamente o contrário. Quando se busca o desenvolvimento, se dá incentivos”, disse Molitzas.

Aquino concorda e aponta, ainda, outra questão envolvendo a carga tributária. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que terminais que arrendaram áreas da União para exploração portuária devem pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o que, segundo os operadores, ge-

rou um aumento nos custos.

“O Supremo resolveu que o IPTU incide, mas será que o critério de cálculo está adequado? Será que precisa ser revisto? Precisa, da mesma forma que é preciso rever código de postura e edificações”, destacou Aquino, se referindo às regras para construções escritórios e áreas de apoio.

Sobre o EIV, os debatedores defenderam a regulamentação das contrapartidas pagas pelas empresas pelos impactos causados na vizinhança de seus empreendimentos.

**QUALIFICAÇÃO**

A necessidade de incentivar a qualificação de mão de obra, prevista em algumas propostas dos candidatos, precisa ser melhor detalhada, segundo Renio.

“Tem que se especificar como isso vai ser feito. Se vai investir no Cenep (Centro de Excelência Portuária), dar apoio ao Cenep. Com automação, o tipo de trabalho muda, diminui trabalho braçal e aumenta trabalho técnico”, destacou o advogado, apontando as mudanças impostas pela tecnologia nas operações.

Utilizar o Parque Tecnológico de Santos neste processo de qualificação também é um ponto defendido. Os especialistas consideram necessária a intermediação da entidade com as universidades instaladas na Baixada Santista, para o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor portuário.



Webinar Porto &amp; Mar reuniu especialistas para debater planos de candidatos a prefeito de Santos

## Setor quer secretaria portuária “forte”

■ O fortalecimento da Secretaria Municipal de Assuntos Portuários e Marítimos, para atuar na articulação com as esferas federal e estadual, foi um ponto defendido pelos especialistas no Webinar Porto & Mar 2020.

“Há temas que não são da alçada da Prefeitura, mas eu também entendo que ela tem o papel de discutir e estimular onde ela não tem poder decisão. (...) Uma figura importante para atuar nesses assuntos é o secretário de Assuntos Portuários. Entendo e defendo que esse cargo deve ser ocupado

por alguém do setor, que consiga fazer interlocução com a Autoridade Portuária, Prefeitura e empresários locais”, afirmou o coordenador da Câmara de Operadores Portuários da Associação Comercial de Santos, Ricardo Molitzas.

A participação municipal na desestatização da Autoridade Portuária de Santos foi outro ponto abordado pelos especialistas. “Isso vai depender de como o novo prefeito vai encarar a questão e assumir o município portuário”, destacou o presidente da Comissão de Direito Portuário

da OAB Santos, Lucas Renio da Silva.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino apontou que faltaram propostas de candidatos relacionadas ao fortalecimento da Associação Brasileira de Municípios Portuários.

“É preciso criar um movimento extraentidades, pluripartidário sem partido político, mas com o objetivo de valorização e recuperação da cidade portuária de Santos”, afirmou o presidente da Fenop.

